

gado a elevar novamente as taxas de juros, aumentando os custos de rolagem de sua própria dívida, e consequentemente o rombo do déficit fiscal, o que geraria pressão inflacionária.

"Inflação é e sempre será um fenômeno monetário derivado do desequilíbrio das contas públicas. Se o governo não for capaz de equacionar seu desequilíbrio fiscal nos próximos dois anos, fatalmente as metas de inflação não serão cumpridas".

Na avaliação dos especialistas, embora o programa emergencial lançado pelo governo e FMI venha proporcionando superávits fiscais, a consolidação desses resultados ainda não está garantida no longo

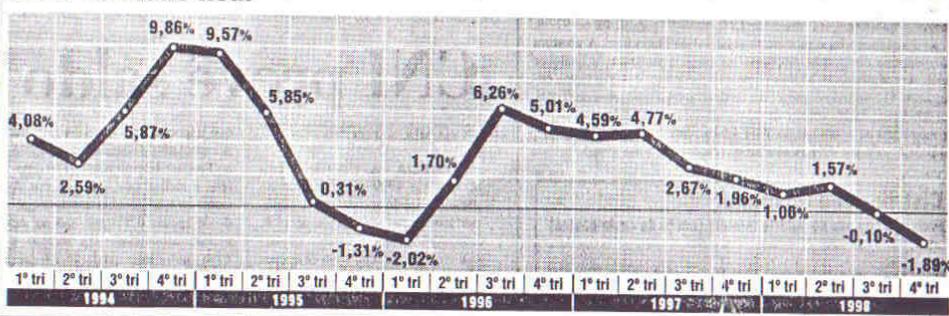
prazo. Na contra-mão dos que aplaudem o real, o vice-presidente do Corecon e professor titular de economia internacional da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, diz que os desdobramentos sociais do plano não podem ser avaliados sob essa ótica.

Segundo ele, o plano colocou o país numa crise social crônica, com concentração de riqueza e aumento da desigualdade social; além de uma intensa degradação da política institucional. Prova disso, diz, é a queda de popularidade do Fernando Henrique Cardoso, que, na sua avaliação, dificultará os esforços do Governo na consolidação definitiva do ajuste fiscal.

ECONOMIA

QUINTA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 1999

O PIB no Plano Real



Fonte: IBGE

Volta da confiança

Amadeo garante que otimismo virá em um ano

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA - O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, espera ver no sexto aniversário do Plano Real - exatamente daqui a um ano - o reinício da confiança da sociedade na poupança e nos créditos de prazos mais longos. Avalia que o real sofreu uma interrupção de dois anos com a crise internacional a partir de 1997, mas não saiu do seu rumo porque a inflação continua baixa. "Há riscos? Há. Mas tudo indica que nós entraremos no ano 2000 com uma situação nunca vista antes: estabilidade da moeda, situação fiscal equilibrada e taxas de juros baixas", afirma.

"Uma redução mais acentuada das taxas de juros faz o crédito aumentar, o nível de atividade crescer e a economia passa a ser alcançada pelo crédito", explica. Lembra que até agora o plano pro-

porcionou o consumo de bens duráveis de baixo valor agregado em prazos de, no máximo, 18 meses.

Amadeo reconhece que a renda do trabalhador e o nível de pobreza tiveram índices piores de 1997 para cá. "Mas estas quedas foram insuficientes para corroer os ganhos obtidos entre 1993 e 1997. As pessoas têm a sensação de que tudo está pior porque esta vinha sendo a tendência recente. Não tem nada a ver com o nível anterior para estes mesmos indicadores", diz. E cita o exemplo do desemprego que deu um salto de 5% para 7% em 1998, mas agora dá sinais de equilíbrio.

Na área fiscal, o maior desafio do governo na opinião do secretário, as duas principais frentes de ação são a Previdência Social e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revelou que o governo acertou com o FMI a inclusão da questão da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) dos setores monopolísticos na meta de superávit primário (receitas menos despesas, exceto juros) do setor público para 1999.

Informais crescem e renda cai

ANA CRISTINA DUARTE

A informalidade do mercado de trabalho no Rio de Janeiro, representada pelos trabalhadores por conta própria, pode ser analisada como o reflexo da ascensão e da descaracterização do Plano Real. Foram estes trabalhadores que, segundo o 5º Boletim de Conjuntura e Análise do Mercado de Trabalho da Secretaria Municipal do Trabalho, mais cresceram em número na Região Metropolitana carioca entre 1996 e 1998.

Foram também os que tiveram um aumento de renda mais acentuado no início do Plano Real, em 1994 e 1997. Ganhavam, nos primeiros dias do Plano, R\$ 293 mensais. Em 1997, a renda saltou para R\$ 434. Mas foram, ainda, estes trabalhadores que subitamente, pela desvalorização da moeda e pela estagnação do setor informal - que desde o fim do ano passado já não absorve os contingentes de desempregados -, mais perderam. No primeiro trimestre deste ano, a renda real dos trabalhadores por conta própria caiu para R\$ 387.

"A âncora cambial, num primeiro momento, e o seu desaparecimento, após a desvalorização do real, foram respectivamente os responsáveis pelo crescimento e pela queda da renda média destes trabalhadores", diz o secretário municipal do Trabalho, André Urani.

Desanimador - Aliada à pouca demanda e a uma concorrência cada vez maior dentro da informalidade, os trabalhadores por conta própria tiveram seus salários bastante reduzidos, nos últimos dois anos. E a contar por ser um dos principais setores de absorção pelos quais os trabalhadores podem se inserir ou mesmo voltar ao mercado de trabalho, o cenário não é dos mais animadores.

A mudança no perfil dos trabalhadores por conta própria, por exemplo, não foi acompanhada de uma alteração significativa da qualificação das ocupações, tendo em vista que a grande maioria continua sendo de baixa qualificação, o que prejudica a mobilidade profissional destes trabalhadores.

Além disso, a quantidade de trabalhadores por conta própria, que no ano passado respondeu por 26,2% das pessoas ocupadas no Rio, foi a que mais cresceu entre 1991 e 1998. Nas seis regiões metropolitanas analisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa subiu 4,3 pontos percentuais.

Como este setor sempre funcionou como um colchão, absorvendo trabalhadores expulsos dos empregos com carteira assinada, distintamente do que ocorreu em São Paulo, onde o emprego sem carteira foi o que cumpriu esse papel, não há mais espaço em função da concorrência. Outro ponto negativo, pelo menos no que diz respeito ao Rio, é a movimentação de mão-de-obra.

De janeiro a março deste ano foram criados 186.205 novos postos de trabalho na região metropolitana carioca. Em compensação, 198.275 pessoas foram desligadas. Para o economista Marcelo Néri, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a desvalorização cambial não mostra neste momento um cenário positivo para o Rio. "Trata-se de um fato pró-indústria, e não pró-serviços, o que não gera empregos no estado", diz. "Por outro lado, você tem o petróleo e as telecomunicações despontando como setores extremamente promissores", pondera o diretor do Sesi/Senai José Eduardo Treiger.

Nesse contexto, é preciso que se defina apenas uma estratégia. "O Plano Real deu condições de pensar o país", diz André Urani. Para que o quadro nesses cinco anos de Plano se reverta, é necessário definir o tipo de crescimento que queremos seguir: "incluindo ou excluindo."

Kandir quer alta de 10% em exportação

SÃO PAULO - O ex-ministro do Planejamento Luis Antonio Kandir disse ontem que dificilmente o cenário econômico vai melhorar se as exportações não crescerem em um ritmo de 10% ao ano. "Não temos políticas consistentes que apontem para este crescimento. É o nosso maior desafio está neste campo. Um crescimento de 7,6% ao ano com exportações nos deixará desconfortáveis em relação às contas externas", disse.

Kandir estabeleceu metas para o país ganhar o mercado internacional. Apontou que a alavancagem nas exportações depende de mudanças no campo da burocracia e da logística; acessos aos mercados; conteúdo tecnológico nos produtos, financiamento e reforma tributária. "Precisamos conferir tecnologia aos produtos, com a criação de aglomerados tecnológicos, já que estes são os insumos que mais crescem nas exportações. O financiamento não deve ser no sentido geral. O importante é a criação de agentes financeiros", analisou. "É difícilmente o país terá sucesso em relação às exportações, sem reforma tributária".